

# ESTA HISTÓRIA NÃO ACABA ASSIM NÓS VOLTAREMOS

DILMA ROUSSEFF

Este ano está fazendo cinco anos, desde a minha destituição como presidenta, por meio de um *impeachment* fraudulento, sem crime de responsabilidade. Um inquestionável golpe de Estado e, desde então, o



Brasil passou progressivamente a viver uma sucessão de retrocessos que incluem inflexão para o mais radical neoliberalismo na economia; conservadorismo e incentivo ao ódio e à violência na sociedade; ataques à soberania; degradação institucional e erosão da democracia.

Por diversas vezes – como em meu discurso, em 29 de agosto, na sessão do julgamento no Senado Federal, e na declaração à imprensa em 31 de agosto, após a decisão do Senado pelo *impeachment* –, denunciei o Golpe de Estado. Alertei sobre as consequências deletérias para o Brasil, para a Nação e nosso povo, do ataque à democracia e a Justiça praticado contra mim, primeira mulher a assumir por duas vezes a Presidência da República.

Naquela ocasião, afirmei que “O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social”.

Deixei claro o que estava em jogo e a quem queriam atingir com aquele processo de *impeachment*. Não era apenas meu mandato e, por isso, denunciei: “O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média; a proteção às crianças; os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas; a valorização do salário mínimo; os médicos atendendo à população; a realização do sonho da casa própria.”

E continuei: “O que está em jogo é o investimento em obras para garantir a seca no semiárido, é a conclusão do sonhado e esperado projeto de integração do São Francisco. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é a inserção soberana de nosso país no cenário internacional, pautada pela ética e pela busca de interesses comuns. O que está em jogo é a

autoestima dos brasileiros e brasileiras, que resistiram aos ataques dos pessimistas de plantão à capacidade do país de realizar, com sucesso, a Copa do Mundo, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas. O que está em jogo é a conquista da estabilidade, que busca o equilíbrio fiscal, mas não abre mão de programas sociais para a nossa população. O que está em jogo é o futuro do país, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais”.

Ao mesmo tempo previ que “O golpe não visa apenas me destituir, destituir uma presidenta eleita pelo voto de milhões de brasileiros, voto direto numa eleição justa. (...) O golpe não foi cometido apenas contra mim e contra meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais, é contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e a proteção das leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem a sua história; direito dos negros, dos indígenas, da população LGBTQIA+, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.”

## **1º ATO: O GOLPE DE 2016**

O golpe de 2016 foi o primeiro ato do processo de corrosão da democracia, e seu corolário foi aprovar no Congresso a agenda neoliberal, seu compromisso estratégico. Por quatro eleições presidenciais consecutivas, esta agenda havia sido rejeitada nas urnas, e a urgência de aprová-la fez com que, logo após o golpe, ainda na interinidade, os golpistas propusessem uma emenda constitucional, transformando a austeridade fiscal em cláusula constitucional.

Conhecida como “Emenda do Teto dos Gastos”, inscreveu na Constituição o congelamento, em termos reais, por 20 anos, de todas as despesas correntes do governo federal. Saúde, educação, saneamento, habitação, ciência e tecnologia, cultura, proteção e direitos das mulheres e dos negros por exemplo, tiveram seus recursos congelados. Deixou, no entanto, sem limites as despesas financeiras, beneficiando os grandes bancos e os grandes rentistas. Retirou o povo do orçamento e retirou a cidadania das decisões sobre a destinação do dinheiro público.

O objetivo último era enquadrar o Brasil – econômica, social e geopoliticamente – à agenda neoliberal e a Emenda do Teto dos Gastos buscava desconstruir o marco legal e institucional que, então, enquadrava o orçamento e sua gestão. Nele, legislações do Estado Nacional Desenvolvimentista de 1940/1960 sobrepujam-se às do Estado de bem-estar social oriundas da Constituição de 1988 e, sobre estas duas, agiam as mudanças neoliberais introduzidas no governo FHC, como a lei de responsabilidade Fiscal e as metas macroeconômicas (de inflação, superávit fiscal, câmbio flutuante). Punições e sanções decorrentes da LRF buscavam conter, na prática, as contradições desse arcabouço triplo.

A Emenda do teto de gastos assinala o fim dessa sobreposição e, portanto, do pacto de 1988, impondo uma gestão orçamentária tipicamente neoliberal. Seu objetivo é não deixar espaço algum para que qualquer alternância de poder, ao longo de 20 anos, possa recorrer ao uso de instrumentos estranhos aos neoliberais. A aprovação da independência do Banco Central, já no governo Bolsonaro, vai completar este quadro de controle neoliberal da gestão da máquina governamental.

O outro grande alvo foi a desregulação do mercado de trabalho. Os principais artigos da legislação trabalhista, conquistados e aperfeiçoados pelas lutas sociais ao longo de décadas, foram revogados ou tiveram seus efeitos benéficos neutralizados. A regra passou a ser o

trabalho precário e intermitente, sendo permitida e ampliada a terceirização dos contratos de trabalho, reduzindo muitos direitos.

Foram criados toda sorte de obstáculos para o financiamento dos sindicatos, com o objetivo de minar seu poder e influência na sociedade, levando à fragilização do movimento sindical. O resultado tem sido devastador: da maior taxa de formalidade e menor taxa de desemprego da história em 2014 – média de 4,8% –, o Brasil saltou para uma imensa massa de milhões de trabalhadores informais e subempregados. Surgiu, assim, um precariado entregue também à superexploração das plataformas digitais. A reforma da aposentadoria levou milhões de pessoas a perder o direito a uma pensão digna e o acesso à velhice com estabilidade da vida.

O governo Bolsonaro deu continuidade ao retrocesso, prosseguindo no desmonte das políticas de redução das desigualdades e de inclusão social desenvolvidas pelos governos do PT.

O meio ambiente sofreu um processo de desregulação, com o sucateamento da fiscalização, a redução do monitoramento ambiental via satélite e a suspensão de iniciativas e ações de combate e controle do desmatamento, deixando a porta aberta para a entrega de nossas riquezas naturais na Amazônia. A “boiada” vai passando e degradando todos os biomas brasileiros.

As populações indígenas estão desprotegidas diante da conivência do governo com as ações de grileiros e empresas estrangeiras. Essas etnias se encontram fisicamente ameaçadas e seus líderes são criminalmente perseguidos.

A soberania nacional vem sendo ferida pela privatização do Pré-sal e das empresas públicas – EMBRAER, BR Distribuidora, a empresa de dutos, as refinarias, gás e gasodutos – em um terrível processo de esquarteramento da PETROBRAS. As demais empresas públicas estão sob constante ameaça de privatização. As denominadas “reformas” são o preço que os neoliberais do mercado esperam receber para manter seu suporte ao neofascismo.

Em todas as áreas, reduziu-se a ação governamental e destruíram-se conquistas. Seguiram-se eventos crescentemente coercitivos, antidemocráticos e violentos. A ordem jurídica, o Estado democrático de direito e a normalidade constitucional foram afrontadas. Este imenso retrocesso começou no período Temer e chegou ao auge com o governo Bolsonaro.

O golpe de 2016 permitiu, sobretudo, o surgimento da ultradireita, ao cultivar o ódio, a intolerância e a violência. Ademais, a estratégia golpista dos liberais conservadores de criminalizar a política, apoiando-se na operação Lava Jato, e defender e liderar a realização das reformas impopulares no governo Temer, produziu como dano imprevisto a destruição da viabilidade política dos grupamentos de centro, da centro-direita e da direita.

Deram um tiro no pé. O enfraquecimento da direita e da centro direita, ironicamente devido também à criminalização da política com o objetivo de eliminar o PT e impedir a candidatura de Lula, conduziu o neoliberalismo à aliança com o neofascismo. Foi a fórmula escolhida por seus líderes políticos, sob os aplausos do mercado financeiro, dos militares e da mídia. Tudo para que, por meio de votos, esses segmentos voltassem a controlar o poder governamental e implantar a agenda de retrocesso econômico, destruição das conquistas sociais e erosão da soberania do país.

#### DEMOCRACIA FERIDA

Há quem faça uma analogia entre a democracia e uma árvore, para facilitar a distinção entre, de um lado, os golpes militares dos anos da Guerra Fria e, de outro, os golpes “híbridos” contemporâneos que ocorrem na América Latina.

Uma ditadura militar, quando se instala o faz pela força bruta das armas e a violência explícita dos tanques nas ruas, fechando o Congresso, suspendendo o Supremo Corte e instaurando a censura, como aconteceu no Brasil em 1964. A ação golpista, então, equivale a um

machado que derruba a “árvore da democracia”, cortando todos os direitos liberais-democráticos, para toda a população.

Isto significa que as prerrogativas e as liberdades são abruptamente suprimidas: independência dos poderes Legislativo e Judiciário, direito de organização e ação política, suspensão das liberdades de expressão, de imprensa, das garantias individuais, das eleições livres e do direito de voto.

Nos dias atuais, a ruptura institucional não mais requer tanques nas ruas nem fuzis nos palácios de governo. Usam as armas das leis, as instituições do judiciário e do parlamento, a mídia e militares camuflados para instaurar a chamada guerra híbrida.

Antes a operação Brother Sam deixou evidente o movimento da marinha americana em apoio ao golpe militar de 1964 que depôs o governo de João Goulart. Agora, a intervenção ficou clara pelos “grampos” da National Security Agency – NSA, a interferência do Departamento de Justiça e do FBI na concepção, desenvolvimento e desdobramentos da Operação Lava Jato.

Juízes e procuradores brasileiros manipulam a lei e a transformam em arma para destruir adversários escolhidos – trata-se do *lawfare*. A mídia, setores do judiciário e do legislativo são fundamentais para legitimar essas rupturas institucionais com forte patrocínio internacional.

Neste caso, voltando à analogia, em vez do machado da ditadura, a árvore da democracia é invadida por fungos e parasitas que a corroem desde dentro; produzindo uma variante de Estado de exceção, que cada vez mais tem por centro de gravidade a lógica autoritária que procura matar a democracia. Esse processo ocorreu em Honduras, no Paraguai, na Bolívia. Ocorreu no Equador e na Argentina. E ocorreu no Brasil.

## 2º ATO: A INTERDIÇÃO DE LULA

Este ovo da serpente gerado pelo golpe em 2016 cresceu e se desenvolveu. Foi embalado e alimentado pela criminalização da política, por

meio de setores do Judiciário e setores do Ministério Público e por uma mídia persecutória que difundiu o ódio, o preconceito e a violência. Parecem proféticas as palavras que proferi, em maio e agosto de 2016, pois antecipei que não ficaria pedra sobre pedra com a fortíssima corrosão da justiça e da democracia advinda do *impeachment* fraudulento.

Como acontece com os Golpes de Estado, também o de 2016 começou com o *impeachment*, mas não parou por aí. Construiu o ambiente político que levou à ascensão pelo voto de um governo radicalmente neoliberal na economia e neofascista na política.

Tal fato só se tornou possível por meio da distorção da lei e do uso nefasto de segmentos das instituições do sistema judiciário como arma de perseguição e destruição das lideranças progressistas, em especial, do PT. A Lava Jato foi o componente estrutural dessa criminalização da política. Juízes devem se colocar equidistantes das partes, não podendo atuar em confronto com o réu, nem os procuradores podem se basear em convicções e não em provas. Tais princípios fundamentais da justiça foram violados pela força-tarefa da Lava Jato. As revelações da Vaza Jato, divulgadas pelo jornalista Glenn Greenwald, e as gravações da Operação Spoofing revelaram todas as irregularidades da Lava Jato. E, sobretudo, a sua deliberada contribuição para a eleição de Bolsonaro.

Tais revelações levaram ao conhecimento do mundo a criminoso atuação do juiz e dos procuradores, eivada de abusos e ilegalidades, que transformaram a Lava Jato em um instrumento decisivo na degradação institucional do país e no descaso com princípios fundamentais do Estado democrático de direito – tais como o pleno direito de defesa, o respeito ao devido processo legal e a imparcialidade da Justiça. A Lava Jato cometeu, sobretudo, uma inominável injustiça ao condenar um inocente, o ex-presidente Lula.

Se o ex-juiz e ex-ministro bolsonarista Sergio Moro e a Lava Jato trabalharam para viabilizar o Estado de exceção, a mídia funcionou como uma espécie de quarta instância do Poder Judiciário. Ela expu-

nha, julgava e condenava sem permitir o contraditório e o direito de defesa e sem, tampouco, pedir evidências e provas.

A mídia oligopolista condenou moralmente o ex-presidente Lula, colocando-o no centro das denúncias, por meio de vazamentos seletivos, com o objetivo de destruir sua reputação. Foram cúmplices do uso distorcido das leis e de todos os recursos disponíveis do sistema jurídico – com o *lawfare* – para perseguir e derrotar os adversários políticos, transformando-os em inimigos e buscando desacreditá-los.

O alvo principal desta perseguição foi o ex-presidente Lula. Ele era, segundo todas as pesquisas, o candidato favorito às eleições presidenciais de 2018. Se vencesse, colocaria por terra todo o projeto golpista conservador e neoliberal iniciado com o Golpe de 2016.

Sem a condenação, a prisão e a interdição eleitoral praticada pela Lava Jato, Lula seria eleito presidente da República. Sem a força-tarefa de Curitiba, Bolsonaro não se elegeria. Nem mesmo patrocinando uma onda avassaladora de disparos de *fake news*, com disparos nas redes sociais financiados por empresários bolsonaristas para difamar os adversários, em especial, o candidato do PT. Fernando Hadad foi alvo de manifestações racistas, homofóbicas e misóginas.

Foi assim que chegamos ao segundo Ato do golpe: a indefensável e injusta interdição eleitoral imposta ao ex-presidente Lula. O troféu entregue por Sérgio Moro à direita, à extrema-direita e aos neoliberais foi a cabeça do ex-presidente. O então juiz federal Sérgio Moro, com o beneplácito da mídia, recebeu o cargo de ministro da Justiça, oferecido por Bolsonaro, grato por ter sido poupado de enfrentar nas urnas o maior líder popular do país.

Só agora, em abril de 2021, o STF reconheceu a inocência do ex-presidente Lula. A corte não apenas declarou o ex-juiz de Curitiba incompetente para julgá-lo, como reconheceu a suspeição de Sérgio Moro, mostrando que Lula – preso injustamente por 580 dias – foi vítima de uma ignóbil injustiça.

Os procuradores e o ex-juiz Sérgio Moro deverão também prestar contas à Justiça e à Nação sobre o flagrante atentado à soberania nacional perpetrado pela Lava jato. Foram agentes de um ataque aos interesses nacionais ao permitirem a participação direta e clandestina de instituições norte-americanas nas operações de investigação realizadas em território nacional. Todos devem responder pelos irreparáveis prejuízos econômicos causados pela Lava jato, que levou à destruição da indústria nacional de engenharia, com falências e perda de milhões de empregos.

### **3º ATO: BOLSONARO, ALIANÇA NEOLIBERAL E NEOFACISTA**

Depois do *impeachment* ilegal e da prisão sem provas do ex-presidente Lula, a eleição de Bolsonaro, com amplo apoio do campo conservador, foi o terceiro ato do golpe, o ponto culminante do processo iniciado em 2016. Foi uma opção desastrosa dos neoliberais do centro e da centro-direita; dos militares; dos segmentos do mercado financeiro; de empresários e da mídia oligopolizada. A aposta deu errado e a passagem do tempo demonstrou que tal aliança foi catastrófica para o país.

Para viabilizar a adoção de sua ultrapassada agenda neoliberal, tais segmentos se aliaram ao grupo neofascista de Bolsonaro, integrado por milícias paramilitares, por segmentos militares da alta oficialidade das Forças Armadas e agrupamentos de extrema-direita nacionais e internacionais. Todos acreditavam que podiam tutelar Bolsonaro, ao tempo em que efetivavam as denominadas “reformas neoliberais” com a desregulamentação da previdência, do meio ambiente, da economia, das finanças, a retomada das privatizações.

Supunham, sem dúvida, ser possível moderar Bolsonaro e reformar seu comportamento neofascista baseado na defesa das armas, da violência, do ódio, com um conteúdo misógino, homofóbico e racis-

ta. Falharam. Tutelar Bolsonaro, inibindo o comportamento abusivo de indivíduo intolerante, que despreza a democracia, a vida e pede para que a população se arme para defendê-lo é algo que ninguém conseguiu e certamente não conseguirá. Mesmo porque, sabidamente, o fascismo não tem o *chip* da moderação. É viagem sem freios, rumo ao autoritarismo aberto ou contido e por isso tem de ser derrotado.

No seu primeiro ano de governo, Bolsonaro não deixou pedra sobre pedra no desmonte do país. Retrocedeu, internamente, nas garantias de direitos sociais, interrompendo o combate à pobreza e à fome, eliminando as oportunidades abertas de inclusão educacional e cultural. Corrompeu a soberania ao romper com a política externa autônoma e independente baseada no multilateralismo, na paz e no respeito à autodeterminação dos povos. Agrediu o Brasil ao desrespeitar o princípio de não atrelamento a outras nações e a seus interesses, ao expressar uma vergonhosa submissão ao governo de Donald Trump e ao desprezar os BRICS, o Acordo de Paris e a América Latina.

Hoje, Bolsonaro é visto no mundo como um dos piores chefes de Estado da história contemporânea, por seu descaso com o flagelo da COVID-19, seu desrespeito ao meio ambiente e sua índole destrutiva e fascista. O líder da extrema-direita brasileira que destruiu os frutos de uma política externa ativa, ativa e soberana, que, entre 2003 e 2015, desenvolveu uma firme defesa do multilateralismo.

Sem dúvida, o padrão bolsonarista é de terra arrasada. Em um dos seus primeiros discursos, em março de 2019, nos Estados Unidos, em um jantar com representantes da extrema-direita daquele país, Bolsonaro declarou que sempre sonhara “em libertar o Brasil da ideologia nefasta de esquerda”. E acrescentou: “o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz.” A pandemia deixou ma-

nifesto até onde irá esse caráter destrutivo do governo de Bolsonaro. Se não for contido, irá além de 400 mil mortes de brasileiras e brasileiros. Será a maior catástrofe da história de nossa Nação e do Povo brasileiro.

#### **4º ATO: A GESTÃO GENOCIDA DA PANDEMIA**

E é assim que chegamos ao quarto ato do golpe de 2016: o verdadeiro genocídio que está sendo perpetrado contra o povo brasileiro pela ausência de gestão governamental adequada tanto sanitária como de políticas de proteção social para enfrentar a pandemia da COVID-19.

Antes e durante a pandemia, o governo bolsonaro fragilizou a rede de proteção social para a imensa maioria da população, enfraqueceu a saúde pública, deixando o país sem os médicos do programa Mais Médicos, sem leitos suficientes de UTI, sem respiradores, sem oxigênio e sem equipamentos de proteção individual. O Brasil se tornou um dos países que menos vem aplicando testes para identificação da COVID-19.

A pandemia do novo coronavírus mostrou, em todos os países, a necessidade e a importância de uma liderança que busque a unidade nacional para enfrentar a epidemia. No nosso caso, coordenando e articulando governadores e prefeitos para fortalecer a saúde pública, o SUS e garantindo proteção social aos setores mais frágeis e atingidos pelo desemprego e a informalidade, dando suporte às empresas para escapar à falência.

Mas, na pandemia, o governo Bolsonaro não assegurou, e nem há indício algum que busca assegurar, qualquer tipo de gestão governamental. Ele jamais perde a oportunidade para manifestar seu desprezo por governadores, prefeitos, comunidade científica, médica e acadêmica, representações econômicas e sociais dos setores mais vulneráveis à pandemia.

À necessária cooperação e diálogo, o presidente só oferece acusações, negacionismo e ameaças. À necessidade de promover o distan-

ciamento social e o isolamento diante do agravamento do número de casos e de mortos, Bolsonaro responde com ameaças de colocar o Exército e a Polícia Federal contra governadores e prefeitos. No Brasil, a pandemia encontrou um governo acéfalo e uma liderança irresponsável e ineficiente.

Repito: Bolsonaro e seu governo negaram a gravidade da COVID-19 e aderiram à hipótese de enfrentamento da pandemia com base na tese da solução por contaminação do rebanho, afirmando que era apenas uma “gripezinha”.

O presidente e seu governo deixaram as pessoas se contaminarem e morrerem. E, diante da tragédia, saiu-se com um simplório e indecente “E daí?”. Há mais de um ano, Bolsonaro incentiva aglomerações e rejeita o uso de máscaras. Não investe em equipamentos hospitalares de UTI, não supre em quantidades suficientes oxigênio e os seus ministros da Saúde, com destaque para o general intendente, mostraram-se incapazes de garantir vacinas, aquiescendo ao desatino que é a recomendação do uso da cloroquina. Não é surpresa, portanto, que o Brasil esteja, juntamente com os EUA, na liderança do número de mortos e de casos de contaminação.

Vivemos uma catástrofe sanitária e social. O país está submetido ao comportamento genocida de um governo que despreza a vida e desdenha dos que choram pelos seus mortos. Ao destruir direitos e revogar conquistas alcançadas pelos trabalhadores ao longo de 13 anos de governos progressistas, a administração neofascista e neoliberal jogou o país em um abismo.

Fábricas estão fechando e deixando milhares de operários desamparados. Pequenos negócios entram em falência sem nenhum apoio. A maioria dos micro e pequenos empresários também não teve acesso ao crédito aprovado pelo Congresso. Inviabilizou-se o trabalho por conta própria e esses setores não têm qualquer proteção.

É deliberado o desprezo do governo pela saúde do povo, sendo intencional a recusa do devido apoio aos desempregados e à população que vive em situação vulnerável. No ano passado, o Palácio do Planalto cancelou o auxílio emergencial, em dezembro, adotado por imposição dos partidos de oposição. Agora, meses depois volta a pagar, com a metade do valor e reduzindo a população beneficiada. E isto no auge da pandemia.

Essa tragédia nacional que vivemos é fruto do golpe neoliberal e neofascista. Foi a destituição do meu governo que gerou as condições para a dramática realidade de desemprego e fome, que começou bem antes da crise sanitária que vivemos. Durante a pandemia a situação só se agravou. Há um ano, o Brasil tinha cerca de 6 mil mortos por COVID-19; agora, chegamos a mais de 410 mil mortos e as previsões são devastadoras caso tudo continue como está: 1 milhão de mortos até o final do ano.

É verdade que, depois do golpe de 2016, o Brasil já batia recorde de desemprego. Mas agora, um ano depois, chegamos a 15 milhões de brasileiros desempregados, 32 milhões de subempregados e quatro em cada dez trabalhadores exercendo atividades precárias. O dado real é que o país vive uma catástrofe social, além de sanitária.

O resultado está aí, visível a todos – a realidade dolorosa e vergonhosa. A fome, que havíamos vencido em nossos governos, voltou aos lares para 116 milhões de brasileiros. Esse é o número de pessoas que vivem com alguma forma de insegurança alimentar, ou sofrem carência de proteína, ou eliminam alguma das refeições, ou simplesmente passam fome – esses já são 19 milhões de pessoas.

Isso é o resultado do desleixo negacionista de Bolsonaro e da sua política neoliberal. São os criminosos responsáveis pela catástrofe humanitária no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bolsonaro é o resultado do ovo da serpente chocado no Golpe de 2016, no discurso do ódio que o sustentou e na interdição do ex-presidente Lula. Temos muitos combates a travar para enfrentar o pior governo da história do país e restabelecer a vida e os direitos que vêm sendo roubados do povo brasileiro desde o *impeachment* fraudulento.

Mais uma vez, o projeto conservador, neoliberal e neofascista dependerá da neutralização do PT para alcançar seus objetivos. E mais uma vez terá de se conformar com o fato de que o PT resiste e luta. O PT continua vivo, faz oposição firme ao neofascismo e ao neoliberalismo no Congresso, onde tem apresentado e feito aprovar propostas importantes em benefício dos trabalhadores prejudicados pela epidemia.

O PT reconstrói sua histórica identidade com os movimentos populares e as demais forças progressistas e democráticas. O nosso partido sabe que sua força vem das ruas, vem da ação e organização e do diálogo direto com o nosso povo, na cidade e no campo. E sabemos que é justamente quando a situação está mais difícil que devemos ter esperança, resistir, nos organizar e lutar.

O reconhecimento da inocência de Lula é uma vitória da justiça e da democracia. E abre uma forte e promissora perspectiva para a luta e a organização do povo brasileiro. Está aberto um caminho para a reconstrução do Brasil. Temos uma alternativa de poder no campo popular. E, sem dúvida, mais uma vez vamos seguir em frente e continuar lutando pela democracia, pela soberania e pela vida.

Os textos que seguem são uma crítica à destruição deliberada das nossas conquistas, mas também evidenciam o caminho que podemos trilhar. O povo vai lembrar que no governo do ex-presidente Lula e no meu governo saímos do mapa da fome, criamos 19,4 milhões de empregos formais, chegamos ao menor desemprego da história – 4,8 % em

2014 –, a renda média do trabalho subiu 18% em termos reais, e o salário mínimo teve aumento real de 77,2%.

Aqui apresentamos uma avaliação crítica do golpe e de seus atos subsequentes, apontando em direção à reconstrução do Brasil. Nesse caminho, há um primeiro estágio que são as medidas emergenciais. A começar pela garantia de vacina pública e gratuita para todos e da renda emergencial digna, de no mínimo 600 reais, para toda a população em condição de insegurança alimentar, desemprego e subocupação. Também são necessários crédito e subsídios aos micro e pequenos empresários, e é chegada a hora da extinção da Emenda do teto de gastos, da defesa intransigente da democracia e da soberania nacional. Para isso é preciso gritar: Fora Bolsonaro!!!

Voltando ao início do processo de *impeachment*, naquele dia 31 de agosto encerrei minha declaração à imprensa dizendo:

“Quando o presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz. Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país”.

E naquela ocasião afirmei: “Esta história não acaba assim. Estou certa de que a interrupção deste processo pelo golpe de Estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.”